

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobrelaja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 400 exemplares

Nº 911

CATEGORIA PRESSIONA DEPUTADOS EM BRASÍLIA

A atuação da Fenajufe para pressionar o Legislativo a votar o PL 6613/09, que revisa o salário dos servidores do Judiciário Federal, foi retomada com toda intensidade esta semana, quando a categoria entra em Greve por tempo indeterminado. **EM SC, A PARALISAÇÃO INICIA NESTA QUINTA-FEIRA, DIA 6.**

A Federação aproveitou a cerimônia de posse do novo presidente da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), Alexandre Aguiar, na tarde desta terça-feira, 4, em Brasília, e cobrou dos deputados presentes uma resposta a respeito da tramitação do projeto. Os Coordenadores da Fenajufe conversaram com os deputados Alex Canziani (PTB-PR), presidente da Comissão de Trabalho e Serviço Público (Ctasp), e Sabino Castelo Branco (PTB-AM), relator dos PCSs na Comissão de Trabalho.

Em conversa com Castelo Branco, a Coordenação pediu informações sobre a reunião que o novo presidente do STF, ministro Cezar Peluzo, teria nos próximos dias com o presidente Lula para tratar do PCS do Judiciário. Os dirigentes sindicais também informaram ao parlamentar sobre o calendário de Greve, aprovado na última Reunião Ampliada da Fenajufe.

O relator disse não ter tido ainda retorno de representantes do Executivo a respeito das negociações entre os presidentes do STF e da República. Mas informou que ainda hoje a Comissão de Trabalho se reuniria para tratar de várias matérias, entre as quais o

PL 6613/09. Sabino Castelo Branco disse, também, que esta semana a Comissão de Trabalho deve se reunir com representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Na conversa, o relator reafirmou o que havia dito na sessão da Comissão de Trabalho da última no dia 28, de que não mudará seu parecer favorável à reivindicação dos servidores. De acordo com ele, em todas as conversas na semana passada os representantes do governo federal afirmaram que consideram o impacto do PCS bastante alto e, por isso, argumentaram que é preciso encontrar uma saída para a implementação do novo plano. Sobre a Greve, o relator disse que em seu Estado (Amazonas), os servidores já estão em Greve por tempo indeterminado.

Os coordenadores da Fenajufe também conversaram com o deputado Alex Canziani, que se limitou a dizer que aguarda confirmação de um encontro com o ministro Cezar Peluzo. O presidente da CTASP informou que, além da conversa com o presidente do STF, já solicitou, também, uma reunião com o ministro Paulo Bernardo. "Quero conversar logo com o ministro do Planejamento, mas antes preciso ter a reunião com o novo presidente do STF", disse Canziani. Junto com ele, estava também o deputado Luiz Carlos Busato (PTB-SP), que havia pedido vista ao PCS do MPU e que sugeriu a audiência pública sobre o PCS do Judiciário. *Da Fenajufe*

**ASSEMBLÉIA DIA 7, SEXTA,
ÀS 15 HORAS, NO TRT**

SERVIDORES ARTICULAM LUTA CONTRA CONTRA O PLP 549

Produção de materiais de esclarecimento específicos para a população, trabalhadores e parlamentares; reunião com o Fórum Parlamentar Catarinense; contatos com o deputado federal Edinho Bez, integrante da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados; criação da Frente Sindical do Serviço Público Federal contra o PLP 549 em Santa Catarina, para ampliar a articulação entre os sindicatos locais; e convocação de uma reunião conjunta desta Frente com o Fórum Parlamentar Catarinense, em Brasília.

Estes foram os principais encaminhamentos aprovados em reunião realizada no dia 29, na sede do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de SC (Apufsc) para articular a mobilização conjunta dos sindicatos contra o projeto de lei complementar (PLP) 549/09, que limita as despesas com a folha de pagamento da União e pode congelar os salários dos servidores nos próximos 10 anos. Representaram o Sintrajusc os coordenadores Paulo Koinski e Luiz Severino Duarte.

ESCLARECIMENTO

Foi consenso que as primeiras ações devem ser centradas no fortalecimento da articulação interna e externa contra o PLP 549, bem como no esclarecimento das categorias a respeito das consequências graves que o projeto pode trazer tanto para os salários quanto para a qualidade do serviço prestado à população.

Os sindicatos vão fazer contato com Edinho Bez, único deputado federal de Santa Catarina a integrar a Comissão de Trabalho da Câmara, onde o PLP 549 será apreciado inicialmente. As entidades também vão procurar pautar a questão em uma reunião do Fórum Parlamentar Catarinense, que

COMANDO DE GREVE SE REÚNE COM TRT E TRE

A Direção do Sindicato e representantes do Comando de Greve reuniram-se nesta terça-feira com a Administração do TRT e do TRE para comunicá-las sobre as reivindicações dos servidores para a revisão salarial e a decisão de entrarem em Greve por tempo indeterminado a partir de quinta-feira, dia 6.

O Juiz Gilmar Cavalieri, presidente do TRT, ouviu os servidores, tirou dúvidas e trocou impressões sobre a luta pelo PCS, que ainda não foi apreciado na primeira das três Comissões da Câmara dos Deputados pelas quais irá passar.

Ele se colocou à disposição para receber a Direção e o Comando de Greve quando for necessário, especialmente em relação a problemas que surgirem a partir do início do movimento. Os representantes dos servidores observaram que o Sindicato está seguindo o que determina a Lei de Greve para evitar que os servidores sejam punidos ao defender os seus direitos, especialmente num contexto em que o PCS não anda na Câmara. O Presidente do Tribunal mais uma vez mostrou-se disposto a avaliar cada caso, evitando que servidores em Greve sejam punidos não por participarem dela, e sim por questões pessoais na relação com as chefias.

No TRE, o Presidente, desembargador Newton Trisotto, também quis saber detalhes sobre a tramitação do PCS. Na conversa, ele demonstrou preocupação com a Greve por causa das especificidades do Tribunal em um ano eleitoral, mas também se colocou à disposição para conversar com a Direção do Sindicato e o Comando de Greve quando for possível avaliar a adesão à paralisação no TRE.

reúne os 16 deputados e os três senadores eleitos no estado.

Estes são os primeiros passos para a consolidação da Frente Sindical contra o PLP 549 em Santa Catarina, articulação que já existe em nível nacional. O objetivo é garantir a rejeição do projeto na Câmara e impedir que esse atentado ao serviço público e aos servidores federais seja perpetrado pelos parlamentares.

Fonte: Apufsc